

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DAS ONGS: REFLEXÕES ACERCA DA INSTRUMENTALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

PROFESSIONAL ACTION OF THE SOCIAL SERVICE IN THE FIELD OF
NGOs: REFLECTIONS ON THE INSTRUMENTALITY OF THE
PROFESSIONAL EXERCISE

Giselli de Almeida Tamarozzi
UFT
gisellitama@mail.uft.edu.br

Wesleya Silva Dias
UFT

RESUMO: Este trabalho tem como tema Atuação Profissional de Serviço Social no Campo das ONGs: reflexões acerca da instrumentalidade do exercício profissional que possibilita uma reflexão crítica a respeito da atuação profissional dos assistentes sociais que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais e trazendo importantes questões para serem analisadas de forma coerente com o Projeto Ético Político e sua materialização do Código de Ética profissional no cotidiano. Apresenta como objetivo geral: refletir a instrumentalidade tendo como base o exercício profissional no campo de trabalho das ONGs. Entende-se que como trabalhador, o assistente social interfere nas relações sociais cotidianas no atendimento das mais variadas manifestações das expressões da questão social. Portanto para que esse profissional possa atuar ele necessita de bases para sua intervenção, traduzidas em fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que irão contribuir para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à sua ação.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação Profissional, Organizações Não Governamentais e Instrumentalidade.

ABSTRACT: This work has the theme of Professional Work in the field of NGOs: reflections on the instrumentality of the professional exercise that allows a critical reflection on the professional performance of the social workers who work in these social-occupational spaces and bringing important issues to be analyzed in a manner consistent with the Political Ethical Project and its materialization of the Code of Professional Ethics in everyday life. It is understood that as a worker, the social worker interferes in the daily social relations in the attendance of the most varied manifestations of the expressions of the social question. Therefore, in order for this professional to be able to act, he needs the bases for his intervention, translated into theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative foundations, which will contribute to illuminate the reading of reality and to print directions for its action.

KEYWORDS: Professional Performance, Non-Governmental Organizations and Instrumentality

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão legitimada socialmente, isso significa que ela tem função social e historicamente tem o dilema da especificidade profissional, especificidade está que é dada pelo objeto profissional. O objeto do Serviço Social, nesse sentido, está intimamente vinculado a uma visão de

homem e mundo, fundamentado numa perspectiva teórica no modo capitalista de produção.

A profissão de Serviço Social atualmente vem apresentando com mais nitidez o seu espaço no mercado de trabalho, o/a assistente social tem um agir profissional pautado no Código de Ética da profissão e na regulamentação da profissão. Seu objetivo é a efetivação de direitos, socialização de informações, transformando sujeitos em sujeitos críticos, bem diferente da sua atuação em tempos atrás onde a profissão tinha cunho caritativo. São profissionais capazes de executar e elaborar projetos sociais, estudos e pesquisas e outros, tendo como campo de atuação de inserção profissional as esferas governamentais, empresas privadas e Organizações Não Governamentais, as ONGs.

No exercício de suas atribuições, o assistente social possui uma relativa autonomia teórica e técnica e ético-política na definição de prioridades, na organização de seu trabalho e mediante o atendimento aos usuários, interferindo indiretamente na reprodução da classe trabalhadora nos aspectos materiais e sociais.

O presente artigo apresenta o trabalho do assistente social no campo das ONGs tendo como objetivo refletir a instrumentalidade no exercício profissional no seu cotidiano de trabalho, sendo imprescindível que o profissional renove suas fontes de conhecimentos, técnicas e tenha posicionamento político-crítico.

A autora Yolanda Guerra (2014) descreve a instrumentalidade como o uso do instrumental com uma intencionalidade tendo ela como meio onde os assistentes sociais modificam, transformam e alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais no nível do seu cotidiano.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DAS ONGS

Com a reestruturação do capital e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das profissões destacando aqui o profissional de Serviço Social ocorreram também mudanças no padrão de respostas à questão social, desencadearam um processo expansivo de precarização, mercantilização e refilantropização do atendimento de necessidades sociais, que emergiram atrás das transferências de responsabilidades do Estado para o âmbito do mercado e do terceiro setor. A partir de então as ONGs se expandiram como espaço sócio-

ocupacional relevante para os assistentes sociais materializando limites, desafios e possibilidades objetivas de trabalho, que segundo lamamoto (2009) as ONGs têm um campo amplo e diversificado mais que necessita ser mais bem qualificado.

O capital reorganiza relações e funções sociais para o Estado, Sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões políticas, econômicas, culturais e ideológicas da vida social, com o objetivo de garantir os padrões de acumulação e manutenção da classe burguesa, com adesão e consentimento da classe trabalhadora. Com o projeto neoliberal, ocorreram mudanças na sociedade capitalista que levaram a uma reestruturação do capital nas esferas da produção e da reprodução social.

O Serviço Social tem seu trabalho na divisão sócio técnica do trabalho que trabalha na contradição do capital e trabalho, intervindo diretamente na vida dos usuários. É um trabalhador que vende sua força de trabalho a algumas entidades empregadoras, produzindo serviços que atendem as necessidades sociais e participando, enquanto trabalhador assalariado do processo de produção e reprodução das relações sociais. Como afirma lamamoto (1992) “O assistente social realiza esta ação a partir das manifestações imediatas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos. É no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais”. Porém o Serviço Social habitualmente passa por mudanças significativas que tem diversificado os espaços sócios ocupacionais, que de certa forma implica em sua autonomia profissional.

Mota (1998) pontua que a importância da discussão sobre a profissão na atual conjuntura, procura identificar o conjunto das necessidades políticas, sociais, matérias e culturais e a possibilidade de fazer metodologicamente um caminho entre as demandas e as suas necessidades, que se encontra na sociedade capitalista contemporânea com suas complexidades, o que faz com que o Serviço Social fique atento às novas exigências do mercado. Ainda no entendimento de Mota (1998), as forças produtivas devem se reorganizar, bem como os mercados, enfatizando que:

[...] em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na

recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais (MOTA, 1998, p.27).

Com as transferências de responsabilidades do Estado para a Sociedade civil nas últimas décadas, as ONGs vêm se destacando, e em decorrência disso houve uma mudança no padrão de respostas à questão social, da sua inserção da lógica da privatização das políticas sociais e das contradições da Sociedade civil, com tudo o profissional de Serviço Social tem sua atuação materializando limites, desafios e possibilidades de trabalho. Iamamoto (2011) elucida que,

Constata-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais. Nesse quadro os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividades de outra natureza, inscrita no circuito de compra e venda de mercadoria. Estas substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requerem a ingerência do Estado. (IAMAMOTO, 2011, p.206).

Um dos desafios que se tem em trabalhar nas ONGs é a conquista de direitos, em onde se percebe a grande omissão que o Estado tem em relação à efetivação dos direitos, com isso fica nítido a refilantropização dos direitos sociais. A questão da autonomia dentro desses espaços ocupacionais é um dos grandes desafios em que o profissional encontra trabalhando nesses espaços, onde a questão da hierarquia ainda prevalece nas tomadas decisões dos trabalhos desenvolvidos. Contudo Iamamoto afirma que:

O Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício da profissão. (IAMAMOTO, 2009, p.70).

Um dos desafios contemporâneo posto ao assistente social é a autonomia profissional, que embora esteja garantida como um dos seus direitos no Artigo 2º, alínea “h”, do Código de Ética que diz da seguinte forma “[...] ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as atribuições, cargos ou funções”.

Para Iamamoto (2009), o que existe é uma interferência direta dos empregadores na definição do trabalho profissional, uma vez que a relação estabelecida entre o profissional e o objeto de intervenção “[...] depende do

prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas”. (p.352).

Os assistentes sociais inseridos no campo das ONGs têm em sua atuação uma autonomia relativa, pois, na realidade os princípios, os objetivos, os recursos e projetos das institucionais impõem um conjunto de limites que dificultam a questão de autonomia profissional. Iamamoto (2009) explica que:

[...] é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado. (IAMAMOTO, 2009, p. 353).

Desta forma é importante elucidar que a autonomia profissional significa considerar as condições objetivas de trabalho, competência, teórico-crítica e tendo como direção os valores e princípios estabelecidos no Projeto-Ético Político do Serviço Social.

Concomitantemente, é importante ressaltar que mediante as análises feitas sobre a autonomia do assistente social no campo das ONGs, o Terceiro Setor pode ser compreendido como um fenômeno funcional ao processo de reestruturação do capital e que está inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante, como expressa Montañó (2008) “[...] um novo padrão para a função social de dar respostas às expressões da questão social”. (p.22).

É importante salientar também que o/a assistente social lida no seu cotidiano profissional com muitos desafios dentro das ONGs sendo um deles a questão dos recursos, apesar de toda conquista e evolução da população em prol da democracia e cidadania referente aos direitos o que emperra o trabalho é a falta de recursos para a viabilização dos projetos, serviços, visitas domiciliares e atendimentos no geral.

Desta forma Montañó (2008) pontua que “[...] a capacitação de recursos é tão importante que, para além da obviedade de necessitar fundos que não são autogerados para desenvolver suas atividades”. Contudo as Organizações necessitam de recursos para execução dos seus trabalhos, e de profissionais

qualificados para a realização da captação de recursos e atrelados a isso os assistentes sociais que trabalham nesses espaços se sujeitam como pedinte de recursos conforme Montaño (2008), esses profissionais passam a exercer atividades de “pedir” em suas tarefas desenvolvidas nas Organizações.

Ainda a respeito da captação de recursos Montaño (2008) complementa afirmando que com a captação de recursos no terceiro setor a identidade das Organizações ficam perdidas e consequentemente perca seu rumo e descaracterize a sua verdadeira missão enquanto Organização. Talvez seja um desses motivos de perda de identidade de algumas ONGs dificultam tanto o trabalho das assistentes sociais, quando muitas ONGs não são bem vistas por parte da população devido à omissão de outras ONGs em sua verdadeira missão.

A finalidade da atuação profissional do Serviço Social na ONG, é obter justamente a viabilização e efetivação dos direitos dos usuários, que procuram essas Organizações a fim de encontrar respostas para sua situação vivida. O terceiro setor veio para atender as demandas sociais no enfrentamento das questões sociais de forma que os espaços das ONGs trabalham com as mais variadas expressões da questão social e contribua na viabilização dos direitos. Através disso o assistente social desenvolve seu trabalho, pois, possuem habilidades diversas para lidar com as demandas impostas neste espaço.

No exercício profissional, o/a assistente social encontra-se vinculado, segundo Iamamoto (1992 p.100) aos organismos estatais, paraestatal ou privado, dedicando-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais à população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas instituições, como funções técnicas propriamente ditas.

O espaço sócio-ocupacional do/a assistente social no terceiro setor é novo, porém é notório que no período da ditadura militar no Brasil, o número de assistentes sociais que trabalhavam em instituições era bastante considerável como aborda Iamamoto (2007), na questão da institucionalização da profissão. Porém, o que se vê é um crescimento do chamado Terceiro Setor na década de 1990 como pontua Montaño (2008),

Não constitui um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da “questão social”. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação, que, por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. (MONTAÑO, 2008, p. 197-198).

É através desta conjuntura, que as ONGs encontram-se como expressões do Terceiro Setor, inserida na lógica da contradição, que as organizações destacam-se como respostas privadas às expressões da questão social, fora das instituições estatais, contribuindo com a fantasia de eficácia privada em detrimento do público estatal.

Atrelado a este assunto é importante analisar as condições de trabalho de profissionais de Serviço Social dentro das Organizações Não-Governamentais uma vez que a/o assistentes sociais vendem a sua força de trabalho especializada a diferentes empregadores como elucida lamamoto (2008),

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. (p.215).

Desta forma os empregadores é quem determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder impondo a esses profissionais exigências trabalhistas em suas funções como pondera lamamoto (2008), eles impõem ainda exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É notório que esses espaços ocupacionais os/as assistentes sociais trabalham em coletividade com uma equipe multiprofissional.

Enfatiza lamamoto (2009) que o/a assistente social dispõe de uma relativa autonomia na efetivação do seu trabalho. Desta forma os empregadores é que determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, sejam no Estado, empresas privadas ou entidades não-governamentais.

Em relação ao contrato de trabalho Montañó (2008) enlucida que “[...] há uma forte presença de contratos terceirizados de assistentes sociais, carregando toda a precariedade, temporalidade, instabilidade que supõe este vínculo contratual”. (p.254).

Em relação à carga horária o/a assistente social que trabalha nas ONGs tem sua carga horária reduzida exigindo que o/a profissional se insira em mais de um emprego para conseguir suprir suas necessidades enquanto trabalhador assalariado. Em relação a isso Montañó (2008) afirma que,

Isso leva o assistente social a procurar o pluriemprego, acarretando uma série de problemas em torno disso. [...] os assistentes sociais das ONGs trabalham num sistema de rodízio/escala, o que explicita clara “flexibilização” (na verdade, precarização) do trabalho do profissional nessas organizações. (p.254).

O mesmo autor ainda segue dizendo que esses espaços “[...] não seriam uma fonte de alternativa de emprego que compensaria a retração do emprego no âmbito estatal, particularmente federal e estadual”. (p.256). Desta forma é notória que a atuação de assistentes sociais dentro dessas organizações não se mostre muito vantajosa quando se fala em estabilidade e condições de trabalho onde o profissional não encontra seus direitos assegurados enquanto trabalhador assalariado.

O assistente social tem suas ações desenvolvidas em seu cotidiano profissional estratégias para realizar a mediação em suas ações na instituição seja ela pública ou privada, pois é através dessas estratégias que vai preservar ou ampliar os direitos sociais, enfrentando a realidade social complexa e sujeitos sociais com necessidades diferentes, sempre com a intencionalidade, instrumentalidade do seu agir profissional pautado no Projeto Ético Político do Serviço Social fazendo uma correlação de força para atender as novas demandas propostas em seu cotidiano.

A INSTRUMENTALIDADE NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social e a instrumentalidade têm uma proximidade, uma relação cotidiana, e essa presença da instrumentalidade nos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social não estão restritas as atividades rotineiras e burocráticas das instituições. Yolanda Guerra (2014) coloca que a

instrumentalidade vai além dessa relação, nos impulsiona a refletir, a repensar a capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, a dinâmica da realidade social no qual os assistentes sociais estão inseridos. Os instrumentos de trabalho do Assistente Social são os principais mediadores do desenvolvimento da prática profissional, pois estão intrinsecamente vinculados ao trabalho deste, na medida em que implica na constituição e no desenvolvimento do exercício profissional.

Para uma reflexão mais apurada sobre o termo instrumentalidade nos faz perceber que o sufixo “idade” tem a ver com a capacidade, qualidade ou propriedade de algo. Com isso podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. Segundo Yolanda Guerra (2014) afirma que:

Imantados pelo movimento histórico que determina as particularidades que a instituição Serviço Social vai adquirindo nesse processo, o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos imanentes ao modo de ser e de se constituir do Serviço Social. Antes, são determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórico-metodológica do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais, compõem o projeto profissional (Guerra, 2014, p.229).

É importante destacar que para executar qualquer tipo de intervenção torna-se necessário que o assistente social utilize diferentes instrumentos para exercer sua ação, pois a partir daí, o profissional busca transformar a natureza da realidade social apresentada, pois adquire novos conhecimentos, produzindo sua objetivação. E dessa forma Yolanda Guerra (2015) pontua a importância de enriquecer nossa instrumentalidade no nosso agir profissional e destaca que isso é possível:

1 Quando vamos além das estratégias individuais e buscamos responder às demandas coletivas, ou seja, coletivizamos as demandas;

2 Quando lutamos contra a individualização dos problemas, enfrentamos os processos que levam à culpabilização e responsabilização dos usuários das políticas sociais por aquilo que a ordem burguesa considera “seu problema”;

- 3 Quando lutamos contra a precarização e intensificação do nosso trabalho e de outros, pela efetivação das 30 horas, sem prejuízo do salário;
- 4 Quando exigimos espaço para estudo e discussão no local de trabalho e tempo para a nossa qualificação, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- 5 Quando questionamos e lutamos contra o aligeiramento da nossa formação graduada e pós- graduada; contra a mercantilização da educação, contra a privatização do público, especialmente das políticas sociais(p.40).

Com essa ênfase a autora nos lembra sobre a capacidade de negociação que o profissional de Serviço Social tem que ter em sua prática para alavancar os direitos, a garantia de direitos dos usuários, com caráter transformador da nossa profissão, da capacidade que o profissional tem de negociar possíveis projetos e de articular junto com os usuários a socialização de seus direitos e garantia destes enquanto fundamentais onde a instrumentalidade se pauta. Ainda com o pensamento de Yolanda Guerra (2014) sobre instrumentalidade ela nos pontua que a mesma se torna rica quando:

Estimulamos a participação dos usuários nas instituições, quando veiculamos as informações que são de importância para eles. Nossa instrumentalidade é rica quando ousamos criar novos instrumentos emancipatórios em detrimento dos que subordinam, manipulam e exercem controle sobre os usuários e/ ou suas famílias; quando negociamos com a instituição em prol dos interesses dos usuários, quando questionamos e buscamos superar ou ampliar os critérios de elegibilidade. Nossa instrumentalidade é rica quando superamos a aparência da demanda imediata e atuamos para além das demandas emergenciais, quando adotamos uma atitude investigativa no cotidiano, quando o refletimos criticamente e o superamos momentaneamente; quando buscamos nos aliar aos usuários e outros profissionais que compartilhem conosco um projeto de sociedade de novo tipo, profissionais com quem temos sintonia, na perspectiva de tensionar a instituição. Nossa instrumentalidade é rica quando nos articulamos com os movimentos sociais e sindicais pra arregimentar forças, quando estamos orientados pelo nosso projeto profissional afirmando os princípios do Código de Ética, observando as atribuições e competências da Lei de regulamentação, horando um determinado perfil profissional, explicitado nas diretrizes de formação profissional (p. 40-41).

Nesse sentido a autora nos coloca como detentoras dessa capacidade, dessa instrumentalidade, desse arcabouço técnico operativo que nos instrumentaliza a agir, a intervir, a interpretar a realidade social, ou seja, ser assistente social exige capacidade para se relacionar com os usuários, saber ouvi-los, investigar a realidade em que está inserido e criar estratégias de intervenção e assim a nossa profissão não é estática, pelo contrário ela

acompanha o movimento da sociedade e a nossa instrumentalidade também deve está organizada à disposição da cidadania e da garantia dos direitos, e isso o profissional de serviço social possui um aporte teórico revertido de competência e em compromisso ético-político, técnico operativo em seu agir profissional.

O/a assistente social em seu cotidiano profissional busca refletir sobre a instrumentalidade como elemento fundamental para o reconhecimento profissional como elemento constitutivo para as transformações alcançadas durante a intervenção profissional, operando de forma incansável a garantia de direitos do usuário e em busca do reconhecimento profissional.

É de extrema importância que os profissionais tenham clareza dos três requisitos relativos à competência profissional, ou seja, das três dimensões profissionais teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como destaca lamamoto (2003). Na dimensão ético-política o assistente social deve ter um conhecimento político abrangente onde possa apresentar um posicionamento político com criticidade frente a situações conflituosas articulando sua intervenção aos interesses da sociedade. Dimensão teórico-metodológica deve obter novas possibilidades para o exercício profissional no campo das grandes fontes do pensamento social. Dimensão técnica- operativa- o profissional deve possuir uma gama de conhecimentos e competências para utilizar-se de instrumentos operativos, com o intuito de efetuar a ação. Deve-se ter habilidade (técnica) capaz de propiciar uma atuação critica e eficaz na intervenção profissional junto à população usuária e as instituições contratantes.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de Trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

As três dimensões constituem níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, entretanto, são indissociáveis entre si, formando uma unidade, apesar de suas particularidades (GUERRA, 2000). Se tratadas isoladamente o profissional de serviço social pode ter sua atuação fragilizada,

fragmentada e ineficiente criando assim barreiras institucionais entre o profissional e os usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa trajetória foi possível destacar alguns pontos importantes sobre o Terceiro Setor e o Serviço Social através das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Com as transferências de responsabilidades do Estado para o chamado terceiro setor momento em que ocorrem as privatizações estatais e quando o privado passa a fazer parte do embate das expressões da questão social. Nesse contexto o profissional tem seu campo de trabalho modificado, ou seja, ocorrem mudanças no espaço sócio- ocupacional da categoria profissional de Serviço Social, e esses profissionais passam a se inserir no terceiro setor vinculado as Organizações Não- Governamentais.

Essa transferência de responsabilidade do Estado para o setor Privado faz com que as demandas sociais sejam rebatidas e defendidas pelo mesmo. Dentro das ONGs são desempenhadas ações que atendem demandas sociais de forma que trabalham com as mais variadas expressões da questão social e que contribui para a viabilidade dos direitos dos usuários, mas é bom deixar claro que as ONGs não abarcam todas as necessidades sociais somente uma pequena parte, o que nos faz refletir que mesmo com essas organizações o Estado ainda que, transferindo suas responsabilidades é o maior responsável pela efetivação dos direitos sociais e pelas respostas apresentada a questão social. Desta forma, são muitos os desafios impostos aos assistentes sociais visto que as transformações ocorridas no mundo do trabalho exigem novas configurações e modificações na atuação profissional e exige novas respostas profissionais frente às novas demandas da sociedade.

Cotidianamente são exigidas dos/das assistentes sociais a competência de acompanhar a dinamicidade da realidade em que atua, buscando dar respostas às contradições desta sociedade, levando em consideração o processo histórico e contextual, ou seja, o atual cenário político e econômico exige da categoria profissional de Serviço Social uma visão crítica desta realidade, buscando apreender os processos de mudanças sociais e assim,

identificar novas possibilidades de intervenção profissional, sempre com o propósito de materializar o Projeto Ético- Político.

É importante que os/as assistentes sociais que estão inseridos nessas Organizações Não Governamentais fiquem atentos ao seu compromisso profissional, se posicionado com a ética frente às novas demandas que vem se vigorando na atualidade. Nesse contexto é primordial qualificação e capacitação para um agir crítico nesta realidade desafiadora contando com as possibilidades, limites e desafios que se encontram no cotidiano profissional.

O/a assistente social independente da área de atuação deve sempre estar em busca de aprimoramento constante de seus conhecimentos teóricos metodológicos para cada vez mais buscar qualidade dos serviços prestados, descobrindo novas maneiras de mediação para atender as novas demandas profissionais que o neoliberalismo vem impondo a sociedade. Contudo, é importante que as exigências já explicitadas de um profissional crítico sejam capazes de apreender o movimento da realidade social exigindo também que esse profissional possua capacidade teórico-metodológica, ético-político e técnico operativo, desta forma o profissional contribuirá para ampliação do acesso aos direitos sociais, sabendo que o diferencial de um profissional do serviço social é saber adaptar um determinado instrumento as necessidades que precisa para responder no seu cotidiano.

Portanto para o/a assistente social que atende as demandas sociais acopladas ao trabalho das Organizações Não-Governamentais é necessário lutar bravamente guiado pelo Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social sob o prisma do fortalecimento de um projeto societário contra-hegemônico comprometido com os interesses e necessidades das classes subalternas e a ideia de que pensar a instrumentalidade do serviço social é pensar para além da especificidade da profissão é pensar que são infinitas as possibilidades de intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária** de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10a edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6a edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaio crítico. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social: **direitos sociais e competências profissionais**. In: Serviço Social: Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: **capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; Amaral, Angela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.p. 23-44.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**./ Carlos Montañó. - 4. Ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

Recebido em 20 de março de 2018.

Aceito em 31 de março de 2018.